

A NOVA CONFIGURAÇÃO FAMILIAR: A FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA USUÁRIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

THE NEW FAMILY CONFIGURATION: THE CONTEMPORARY FAMILY USER OF PUBLIC POLICIES

Camila Pacheco Gomes¹

Priscila Alves da Silva²

Maria Adelaide Pessini³

GOMES, C. P.; SILVA, P. A.; PESSINI, M. A. A nova configuração familiar: a família contemporânea usuária das políticas públicas. **Akrópolis** Umuarama, v. 19, n. 2, p. 101-114, abr./jun. 2011.

RESUMO: O presente artigo conta com uma reflexão acerca da configuração familiar, a partir da situação de vulnerabilidade social, em acordo com os moldes da intervenção em rede, para promover a inclusão dessas famílias a partir do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS. A pesquisa se dá a partir de uma investigação bibliográfica, utilizando-se da Psicologia Social Comunitária como base norteadora para essa reflexão. Problematizamos no decorrer do texto, as dificuldades em definir uma práxis psicológica na área da Assistência Social, tendo o profissional a necessidade de buscar uma atuação mais compromissada com a atual demanda, centralizada na nova configuração familiar decorrente da crise sócio-cultural familiar. Apresentamos neste artigo, a Psicologia atuante nas Políticas Públicas ao encontro com a família vulnerável socioeconomicamente, vindo a ser usuária dos direitos assistenciais. Com essa investigação, consideramos que a prática profissional precisa se adequar aos novos arranjos familiares existentes nos atendimentos socioassistenciais, visto que as famílias estão compostas cada vez mais por mulheres, provedoras do lar e do sustento familiar.

PALAVRAS-CHAVE: Família; Assistência Social; Psicologia Social Comunitária; Redes Sociais.

ABSTRACT: The present article includes a reflection about the family configuration, from the social vulnerability situation in accordance with the network intervention terms to promote the inclusion of these families through the Reference Center for Social Assistance – CRAS. The research is based on a bibliographical research, using the Community Social Psychology as guiding basis to this reflection. We problematize throughout the text the difficulties in defining a psychological praxis in the Social Assistance area with the professional necessity to seek a more committed action with the current demand, centered on the new family configuration resulting from the family socio-cultural crisis. We present in this article the active Psychology in the Public Policies in accordance with the socio-economically vulnerable family, becoming a user of the assistance rights. With this investigation, we consider that the professional practice needs to adapt to the new family arrangements existent in the Social Assistance attendances, since the families are more and more composed by women providers of home and livelihood.

KEYWORDS: Family; Social Assistance; Community Social Psychology; Social networks.

¹Estudante do quarto ano do curso de Psicologia da Universidade Paranaense – UNIPAR, campus de Umuarama/PR. Endereço: Guilherme Tissiano, nº 2143, Iporã/PR CEP: 87560-000. E-mail: camilapacheco_gomes@hotmail.com.

²Estudante do quarto ano do curso de Psicologia da Universidade Paranaense – UNIPAR, campus de Umuarama/PR. Endereço: Rua Ministro Oliveira Salazar, 5206, Ap: 103. Umuarama/PR, CEP: 87502-070. E-mail: pri_pho@hotmail.com

³Docente do Curso de Psicologia da Unipar/sede, Mestre em Psicologia Social e da Personalidade pela Puc-RS. Endereço: Av. Brasil, 4522 ap. 204 Umuarama-PR. CEP: 87501-000. E-mail: pessini@unipar.br.

INTRODUÇÃO

Compreender não somente a família contemporânea, mas entendê-la em seu processo histórico de evolução de seus papéis, arranjos familiares, suas funções de criar vínculos sociais do indivíduo contribui para uma nova forma de pensar sobre a atual condição das famílias assistidas pelos serviços de assistência social.

A família, como instituição, corresponde a essa estruturação social, afetiva e econômica do sujeito, já que é a partir dela que o mesmo se constrói nas relações. O grupo familiar, dessa forma, apresenta-se na maioria das vezes como sendo o primeiro em que o indivíduo irá iniciar a vida social e afetiva. Contudo, a família será a primeira instância que lhe transmitirá valores e ensinamentos sobre questões de papéis, formação pessoal, moralidade e conceitos de mundo, ensinando as maneiras de se portar diante das dificuldades entre outras situações, que depositará a família como referência para os indivíduos em sua formação pessoal e social.

A Psicologia Comunitária direciona sua prática para as comunidades, tentando dessa forma deselitizar a profissão, sobre o modo de aplicação de novos saberes, olhando o sujeito de um novo prisma, que se entremeiam em situação de vulnerabilidade sócioeconômica. Perante essa perspectiva, tem-se uma família num modelo nuclear que origina outras possibilidades de arranjos familiares, diante de uma base teórica da Psicologia Comunitária, que objetiva um trabalho de métodos e processos de conscientização nas comunidades, explanando sobre as tomadas de papéis dentro da família na sociedade, bem como as decorrências das mudanças a respeito desses papéis.

Pautado sobre as políticas públicas da assistência social, é que o profissional de Psicologia irá desenvolver sua prática, de forma a minimizar a normatização do conceito de sujeito em situação vulnerável, sendo assim, propondo a condição de protagonista, capacitando-o para o desenvolvimento de sua transformação social e de sua família, dentro de suas possibilidades. Entretanto, sabe-se que os questionamentos com relação à prática psicológicas nas questões sociais já foram propostos há algum tempo, atualmente busca-se desenvolver uma prática compromissada com o público-alvo, que seja condizente com a proposta inclusiva das políticas públicas assistenciais.

Com esse artigo, pretende-se conhecer a nova família vigente, buscando um novo olhar para essa família atendida pelo psicólogo no plano das políticas públicas, e dessa forma possa ser inserida dentro das políticas de assistência de acordo com o momento que esteja vivendo e assim usufruir plenamente dos seus direitos sócioassistenciais.

A Psicologia Comunitária

Atualmente, quando abordamos em Psicologia Comunitária, focalizamos contínuas mudanças das políticas públicas brasileiras; e dentro dessas novas configurações, um crescimento das modalidades de atuação do psicólogo no “campo público do bem-estar social”. (YAMAMOTO apud XIMENES; PAULA; BARROS, 2009)

De acordo com Freitas (2007) desde meados da década de 60, no Brasil, vem sendo utilizadas as teorias e métodos de Psicologia, em trabalhos direcionados às comunidades que se encontram em vulnerabilidade social. Perante essa prática a Psicologia tenta deselitizar a profissão, ampliar novos saberes, possibilitando melhores condições de vida para essas pessoas inseridas na comunidade. Diante dos fatos essas ações passam a ser nominadas de Psicologia Comunitária, ou Psicologia na Comunidade.

De acordo com Moré (2006) a Psicologia deixa de ter uma área específica de referência para obter novas demandas sobre novos contextos devido à maior inserção política social e econômica, envolvida num espaço de ação histórica que determina a passagem do privado ao público, evidenciando a perda da eficácia e sua atuação.

Com ampliação do sistema de saúde, educação e um aumento significativo de psicólogos trabalhando em hospitais, creches, instituições de promoção de bem-estar social, área jurídica e voltada aos cuidados da família e dos menores, obteve-se uma Psicologia Comunitária Social visando desenvolver os instrumentais de análise e intervenção relevantes para as novas demandas que se apresentavam a esses psicólogos como nos mostra Freitas (2007).

Os trabalhos comunitários principiaram por meio de levantamento das necessidades vividas pela população, voltando-se para as condições de saúde, educação e saneamento básico. O profissional da área de Psicologia tra-

balha nas comunidades, embasado de métodos e processos de conscientização a serem realizados em grupos populares, tendo como um dos objetivos a tomada de papéis dentro da família, na sociedade, trabalhando ampliação de consciência dos fatores sócio-políticos agravados por suas condições de vulnerabilidade, tornando-os ativo na busca de soluções para os problemas enfrentados. (FREITAS, 2007).

De acordo com o que apresenta Sarriera (2000), o desenvolvimento comunitário realizado pelos psicólogos tem sido destacado por um árduo processo de aceitação da sociedade e das políticas de saúde pública, que vem sendo enquadrado dentro das disciplinas do curso de Psicologia, tendo em vista uma evolução na formação desses indivíduos. Essas questões têm sido discutidas, pois esses profissionais liberais autônomos quebram esses paradigmas e vão a campo, na busca de construir um novo saber junto a uma nova prática para a Psicologia.

Góis (apud FREITAS, 2007) refere-se a Psicologia Comunitária como uma das áreas da Psicologia Social que investiga todas as atividades do psiquismo decorrentes ao modo de vida, do lugar onde se habita (comunidade) e o sistema de relações que são influenciados, permitindo a construção desses sujeitos em suas representações no dia a dia, como indivíduos históricos e comunitários, num processo interdisciplinar que reflete no desenvolvimento dos grupos e da comunidade.

Uma Psicologia comprometida com a transformação social toma como foco as práticas psicológicas, não caracterizando e nem diagnosticando a classe trabalhadora, porém compreende os processos, estudando as particularidades e circunstâncias em que ocorrem, seguindo de forma articulada, juntamente aos aspectos histórico-culturais da sociedade, produzindo a construção de significados ao lugar do sujeito-cidadão autônomo e que deve ter vez e voz no processo de resolução das dificuldades e problemas vivenciados (BRASIL, 2005).

De acordo com a compreensão de Bonfim (apud FREITAS, 2007) a perspectiva da Psicologia Social Comunitária enfatiza uma ética da solidariedade, a busca centrada em melhores condições de vida juntamente aos direitos humanos que se fazem fundamentais. Em termos éticos, pontuam-se o comprometimento em estabelecer condições apropriadas para o exercício pleno da cidadania, da democracia e

da igualdade, em termos políticos, as formas de opressão, buscando desenvolver nesses indivíduos a prática de autogestão.

Para Sarriera (2000), essa Psicologia Comunitária passa a participar de projetos e propostas do campo das políticas públicas, com enfoque em desenvolver alternativas para diversos problemas sociais, tais como: condição de trabalho; adoecimento psíquico; inclusão e discriminação, relativa da qual surgem necessidades de se construir uma nova rede solidária, de convivência humana de um mundo marcado pela marginalização social, possibilitando um novo modo de trabalhar, um campo com uma visão biopsicossocial.

A promoção de saúde se destaca como sendo uma das propostas das políticas públicas, na qual possui diversas conceituações. Sutherland e Fulton (apud BUSS, 2000) afirmam que a promoção da saúde consiste nas atividades transformativas dos comportamentos dos indivíduos, tendo um olhar voltado para o seu modo de vida dentro da constituição familiar e em suas relações sócio-culturais. Na comunidade onde se encontram os programas ou atividades que aponta a promoção de saúde, estão norteados em componentes educativos, relacionados com os riscos sociais passíveis de mudanças que fazem parte do controle desses indivíduos.

De acordo com o pensamento de Moré (2006), as relações até um tempo atrás eram pontuadas por meio das conversas nas unidades médicas, dessa forma era praxe se perguntar ao indivíduo qual era o seu problema e em que poderia ser ajudado. Diante dessas situações, houve a necessidade de buscar alternativas para se repensar sobre novas formas de conversação, objetivando outras possibilidades de contato com essa população.

O psicólogo nesse campo necessita estar atento de como se dá a inserção desses indivíduos na comunidade, uma compreensão do lugar que se atém a fala desse sujeito. Com isso, espera-se que o relacionamento das pessoas seja direcionado a visualização das redes pessoais e sociais. A rede estando envolvida identifica o conjunto de relações significativas para esses indivíduos, levando-os a conhecer o contexto onde vivem, sendo esses elementos de construção, da ampliação de novos horizontes rumo ao processo de intervenção. (MORÉ, 2006).

Ainda em consonância com Moré (2006),

hoje o psicólogo que trabalha com a rede social, tem como foco fornecer o suporte para esses sujeitos perante aos seus conflitos, porém o que acontece na maioria das vezes é que esses profissionais acabam se perdendo em meio aos seus papéis de atuação, visto que a população que o procura possui características marcantes, além disso muitas são conduzidos por outros profissionais da saúde que desconhecem a necessidade da atuação do psicólogo.

Entretanto, essas pessoas ao conversar com o psicólogo possuem a visão de que devem lhe contar tudo de sua vida, a fim de que seus problemas possam ser resolvidos de imediato. É nesse entremeio que o psicólogo não visualiza outras relações significantes, pois na medida em que tenta fornecer suporte, perde esse indivíduo que está inserido a um determinado contexto que possui uma história e que precisa de uma reflexão por parte da rede para se ater ao processo de intervenção. (MORÉ, 2006).

Em presença desse desempenho social do psicólogo e a transcendência social, vem se ampliando o campo de investigação objetivando outras formas de intervenção, diferenciando do modelo antigo para tratamento de saúde mental, ponderadas de condições mais humanas, preventivas que antecedem as doenças, caracterizada por uma melhor qualidade de vida a esse sujeito. (VASCONCELOS apud VIZZOTTO, 2003)

Com a participação sistêmica do psicólogo, numa integração do campo interdisciplinar na área da saúde em um contexto histórico recente no Brasil, embora esses profissionais estejam atuando a mais de vinte anos, surgem novas concepções de bem-estar refletidas de novas demandas de saúde e doença, novos campos de trabalho, novas ideias que se propagam sobre aspecto político, social e econômico, vestem a inovação de promover saúde. A comunidade nesse feito se diferencia de uma instituição, pois é um lugar onde desenvolve-se vidas cotidianas, sem objetivos definidos, pautados de aspectos de coesão e inter-relação. (VIZZOTTO, 2003).

De acordo com Menegon e Coelho (2005) a demanda de psicólogos para atuarem nessa área fez com que houvesse a busca pela definição da área, do papel e principalmente das competências e os conhecimentos que devem constituir o currículo para a formação desses profissionais. Para esses autores esse modo de se pensar sobre o cuidado com a saúde é visto

como uma utopia nos dias de hoje, pois as dificuldades enfrentadas pelos profissionais de Psicologia são temerosas, sua inserção está focada a cuidados primários e que são compartilhados por outras disciplinas, uma vez que os currículos de formação estão voltados ao atendimento, ajustados a um modelo biomédico refletido de uma proposta biopsicossocial.

Para constituir uma Psicologia Social da Saúde coletiva, a formação é um ponto crucial, que precisa ser repensada nas instituições que formam esses profissionais. Essa formação contribuirá no processo de acúmulo das aprendizagens e ampliação de consciência perante a luta da reforma psiquiátrica, pela desinstitucionalização nas defesas dos direitos humanos, gerando um compromisso ético-político, envolvido com a produção de saúde, e a promoção da vida.

Hoje em dia, a área da Assistência Social compõe um dos maiores emblemas desse assunto, dada as suas recentes conformações legais e a conseqüente existência de espaços destinados a psicólogos, por exemplo, nas equipes dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) - unidades públicas - responsáveis desde 2004 pela execução dos programas, projetos e serviços da Proteção Social Básica (PSB).

Políticas da Assistência Social

Em 1993 com a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS em que a Assistência Social foi reconhecida como política pública, dever do Estado e direito do cidadão, sendo de caráter não contributivo, que provê os mínimos sociais, sendo realizada por intermédio de ações de iniciativa pública e da sociedade para que seja garantido o atendimento às necessidades básicas do sujeito (BRASIL, 1993). A Política Pública de Assistência Social atualmente é realizada de forma a considerar as desigualdades sócio-territoriais, visando garantir a universalização dos direitos aos sujeitos vulneráveis sócioeconomicamente. (BRASIL, 2004), é com a implantação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS que se dá o fortalecimento desse compromisso.

O SUAS, criado a partir do modelo do Sistema Único de Saúde – SUS, define as bases e as diretrizes para a Política Nacional de Assistência Social – PNAS. Sua implantação foi o marco para uma nova forma de proteção daqueles que se enquadram em uma situação de

vulnerabilidade social.

Um dos programas do SUAS é o Programa de Atenção Integral à Família – PAIF, que desenvolve ações e serviços básicos continuados para as famílias em situação vulnerável, a fim de fortalecer os vínculos familiares e em comunidade, estas ações são desenvolvidas dentro do espaço físico do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS (LUCENA FILHO, 2008).

Lucena Filho (2008) traz que a Política Nacional da Assistência Social - PNAS de 2004 define o CRAS como uma unidade pública estatal de base territorial, localizado geralmente em áreas de maior vulnerabilidade social, que deve referenciar um dado número de famílias. O CRAS presta serviços de proteção social básica, organizando e coordenando a rede de serviços sócioassistenciais locais da Política da Assistência Social, sendo a porta de entrada dos usuários da rede de proteção básica do SUAS. São também pautadas no conceito de política pública, que vem a ser um contingente de ações implementadas nas esferas do governo (federal, estadual ou municipal) em conjunto com a sociedade civil, visando demandas peculiares da sociedade (LUCENA FILHO, 2008).

De acordo com Brasil (2005), o trabalho do psicólogo é pautado de desafios em diferentes condições, manejados da proteção e de intensas desigualdades sociais, dentro dos territórios de pertencimento das camadas excluídas do acesso a bens e serviço.

O Psicólogo nas Políticas Públicas de Assistência Social

De acordo com Lucena Filho (2008) o psicólogo no CRAS deve priorizar a dimensão socioeducativa na efetivação dos direitos relacionados à seguridade social, promovendo ações que vão desde entrevistas individuais, oficinas, grupos e campanhas socioeducativas, visando sempre o fortalecimento social dos usuários, que é a principal meta do serviço. Dessa forma, os profissionais da Psicologia assumem e se colocam a favor da responsabilidade social desta ciência e é pautado nessa responsabilidade social que o psicólogo deverá atuar quando inserido no CRAS.

A atuação profissional é re-configurada quando se inicia o processo da promoção da saúde e qualidade de vida das pessoas e comunidades, o que contribui para a diminuição

das negligências, discriminações, explorações e violência. Assim é feita a tomada de responsabilidade social dos psicólogos, sempre pautados na ética profissional em acordo com as políticas públicas.

É necessário o psicólogo estar por dentro dos planos efetivos de políticas públicas ao iniciar o trabalho nas comunidades, pois estas geralmente estão vinculadas a programas de assistência aos indivíduos, que visam apoiar esses sujeitos em situações de vulnerabilidade, ou até mesmo em risco social. O psicólogo no CRAS deve direcionar seu trabalho para a prevenção das situações de sofrimento advindas do processo social e econômico, em que ficam expostos os usuários desse serviço, são situações perversas que impõem esse sujeito como mero objeto (SAWAIA apud LUCENA FILHO, 2008).

É de suma importância se compreender a prática do psicólogo voltada à saúde pública e as suas dificuldades em trabalhar em prol dessa saúde social, fazendo-se necessário a compreensão dos conhecimentos de saúde-doença enfocadas num enlace das redes de apoio e juntamente as equipes multidisciplinares ao desenvolverem um trabalho que auxilia ao profissional de Psicologia o fortalecimento de uma prática de saberes e fazeres. Para responder às demandas, se faz necessário que haja ações existentes nas regiões, nas comunidades, por meio da intersetorialidade, objetivando e potencializando os trabalhos multiprofissionais que complementem essas intervenções, que é organizado dentro de uma lógica de trabalho em rede, permanente e não ocasional, aderido dentro da realidade exigida de cada local, na sua complexidade, articulados e vinculados a outros serviços que visem o bem estar do sujeito que se encontra em situação de risco ou vulnerabilidade (BRASIL, 2005).

Dessa forma, a atuação do psicólogo, como trabalhador da Assistência Social tem como finalidade básica, o fortalecimento dos usuários como sujeitos de direitos e das políticas públicas, sendo um conjunto de ações coletivas conduzidas pelo Estado, objetivando a garantia dos direitos sociais, guiada pelos princípios da impessoalidade, universalidade, economia e racionalidade.

Para romper com os processos de exclusão, é importante que o sujeito se veja num lugar, de construtor do seu próprio direito e de suas necessidades. De acordo com o Conselho Federal de Psicologia, é preciso, olhar o sujeito

num todo, dentro do seu contexto social e político no qual está inserido. Os cidadãos devem ser pensados como sujeitos que têm sentimentos, ideologias, valores e modos próprios de interagir com o mundo, constituindo uma subjetividade de construção na interação contínua dos indivíduos com os aspectos histórico-culturais e afetivo-relacionais que os cercam. Essa dimensão subjetiva deve ser levada em consideração quando se organizam e executam a política pública no país.

O indivíduo, em interação constante com seu contexto social (familiar, comunitário), é o eixo da produção e utilização do conhecimento psicológico numa prática comprometida com o desenvolvimento à justiça. A capacidade de enfrentamento das situações da vida é afetada pelas experiências e significados construídos ao longo do processo de desenvolvimento. Alterar o lugar do sujeito nas políticas de Assistência Social, potencializando a sua capacidade de transformação, envolve a construção de novos significados para esse sujeito (MARTINEZ apud BRASIL, 2005).

Por intermédio desses planejamentos de ações conduzidas pelo Estado, as políticas voltadas a família vem ganhando um lugar de destaque na política pública. Devido a esses contextos constituídos por uma diversidade cultural pode se pontuar que a família ocupe um lugar dentro da política social, pois além de ser beneficiária é também uma mini prestadora de serviços de proteção e inclusão social. Os serviços públicos vêm fornecendo maior escuta a queixas familiares ou de algum de seus membros, regidos de observações e acolhimento de uma escuta humanizada, na qual obtém muitos resultados.

O psicólogo e o CRAS devem se posicionar contra o que está definido e que favorece para a desigualdade e afastamento da autonomia do sujeito, contando com o apoio dos profissionais da assistência social, em atendimentos individuais e coletivos, o qual é prioridade de atendimento nesse âmbito. Como propõe Luceña Filho (2008), essa transformação social se dá a partir do momento em que ao sujeito é dada a oportunidade de se ouvir, de se descobrir, de entender sua própria subjetividade, esta que é produzida pelas redes e campo social de onde ele está inserido. É nessa proposta que o psicólogo deverá trabalhar para trazer a esse indivíduo a sua história de vida, ajudando-o na re-significação de sua existência, saindo da condição de

objeto para o lugar de sujeito.

Nos serviços de Assistência Social trabalham-se intervenções em programas e projetos, visando um trabalho social que atinja as famílias ou alguns membros da mesma. Esses trabalhos interventivos servem de base para a construção e a potencialização dessas famílias inseridas nos projetos e grupos comunitários, visando o fortalecimento de atividades e interações dos membros, nos arranjos familiares e até mesmo na própria atuação dos grupos. Através dessas práticas objetiva-se uma melhor convivência familiar e comunitária favorecida na construção de laços afetivos e colaborativos entre os mesmos. Dessa forma trabalham-se vários temas com esses indivíduos, nos quais a autoestima e a escuta são fundamentais para reelaborar e avaliar suas histórias de vida, motivando-os a centrarem com maior autonomia a mesma. Entretanto os programas de complementação de renda se tornam numericamente significativos, pois estão articulados a processos de apoio sócio-educacional juntamente ao fortalecimento da autonomia familiar, como pontua Brasil (2005).

Esses planejamentos são derivados das políticas sociais, formados por meio de estudos analisados a respeito da desigualdade social e a diversidade cultural, na qual revelam o formato que a sociedade apresenta suas organizações familiares, gerando questões a serem discutidas no âmbito educacional, modalidades de cuidados com a saúde e utilização dos serviços públicos e até mesmo em assuntos de singularidade das situações vividas pela população de vulnerabilidade, como pontua Romanelli (2001).

A família e Políticas Públicas

De acordo com Romanelli (2001), a família vem se destacando como uma instituição privada, sendo responsabilizada pela produção social, transmissora de padrões culturais e a ordenação a vida social. Constitui-se também como formadora de grupos sociais, oferecendo afetividade e sociabilidade. Dessa forma, as modificações demonstram a heterogeneidade dos novos arranjos domésticos, referindo-se ao tamanho da família, ao número de filhos e ao aumento de famílias mono-parentais.

No âmbito do serviço social, esses índices marcam a necessidade de construção de órgãos que encarem a família como eixo fundamental das atuações, considerando, que é em

seu interior que os indivíduos se formam e produzem suas condições de existência (SILVA et al., 2004).

Em consonância com Silva et al. (2004), a família sempre foi assunto de preocupação das políticas públicas. Essa justificativa é dada ao núcleo familiar que simboliza a estrutura básica da sociedade envolvendo os objetivos do Estado em garantir que os direitos fundamentais de seus integrantes sejam preservados. Não há uma única definição familiar, estática, visto que se trata de uma instituição de transformações históricas. Todavia, essa forma de pensar implica em re-significar a representação familiar em termos de organização e estrutura, tornando referência a família nuclear, embasado na diversidade.

Dessa maneira, como afirma Carneiro (2004), as políticas sociais trabalham com várias perspectivas, dentre elas a centralidade dessa família, apostando em sua capacidade de cuidados e proteção, na qual a intervenção do Estado seja de caráter temporário. Outra perspectiva é direcionada a família em estar protegendo seus membros, garantido pelo Estado por intermédio das políticas sociais e públicas. A família brasileira hoje quer ser reconhecida como instância de cuidados e proteção, porém a mesma precisa ser cuidada, protegida atribuindo à responsabilidade pública.

A proteção à família tornou-se uma estratégia vinculada às políticas sociais, em especial pela Política de Assistência Social, como alvo dos programas definidos como unidades de intervenção, como é o caso do Programa Bolsa Família. Porém, é de suma importância esclarecer que o programa Bolsa Família, assim como, uma política social, não tem a capacidade de superar a pobreza das famílias, de forma que a pobreza é resultado de como a sociedade se organiza na produção de suas relações e desigualdades, fundamentadas entre o capital e o trabalho. A centralidade da família enquanto direitos sociais devem ser efetivados pelo Estado, de maneira que as políticas estejam voltadas às unidades familiares, como propõe Carneiro (2004).

De acordo com Carvalho (2000), a família tem como princípios estar promovendo cuidados de proteção, aprendizado, construção de identidade entre outros gerenciadores que leve melhor qualidade de vida a seus membros e dessa forma efetive a inclusão social nas comunidades

em que estão inseridos. É preciso compreender a família em seu movimento, dentro de uma organização e reorganização, devido aos novos arranjos familiares, bem como, os estigmas sobre as formas diferenciadas, evitando a naturalização dos grupos sociais de desorganização e reorganização em relação a determinados contextos sócio-culturais. É preciso refletir sobre o significado família numa sociedade contemporânea e principalmente no lugar que a mesma ocupa dentro de uma política social. As expectativas em relação à família contemporânea vêm sendo direcionadas de um imaginário coletivo, passivo de idealizações sobre o símbolo de família nuclear.

Osório (1996) afirma, no entanto, que não existe conceito único a respeito de família, muito menos definição enquanto a sua estrutura fixa perante a sociedade. Não é uma expressão passível de conceituação, porém tão somente de descrição, sendo possível descrever suas várias estruturas assumidas por essa família de acordo com a evolução histórica. Dessa forma, obtém-se um conceito operativo para família como unidade básica da integração social. Entretanto não basta apenas situar a família dentro desses novos arranjos do contexto sócio-histórico, evolutivo do processo civilizatório. É importante observar nas famílias os papéis distintos que cada membro exerce, sendo principal em todas as culturas.

A nova constituição familiar, como propõe Osório (1996), há três tipos de relações familiares, sendo elas, aliança (casal), filiação (pais e filhos) e consanguinidade (irmãos), do mais, há outros referenciais como o parentesco denominado de relações de pessoas que se vinculam pelo casamento, ou pela existência de filhos por ancestrais comuns etc.

A família é caracterizada como modelo natural, na qual visa assegurar a sobrevivência biológica da espécie, juntamente ao desenvolvimento psíquico dos descendentes, a aprendizagem e a interação social. Além de preservar a espécie, o papel de nutrir e proteger, dentre outros aspectos como a transmissão de valores éticos, estéticos, religiosos e culturais, podendo se apresentar em nove tipos de composição familiar distintas: nuclear (incluindo duas gerações, com filhos biológicos); extensa (vários membros com laços de parentesco, incluindo três ou quatro gerações); adotivas temporárias; adotivas que podem ser bi-raciais ou multicultu-

rais; casais, famílias mono parentais (chefiadas por pai ou mãe) casais homossexuais (com ou sem crianças) famílias reconstituídas (depois do divórcio) e várias pessoas vivendo junto sem laços legais, mais com forte compromisso mútuo.

De acordo com o autor supracitado, os papéis familiares não correspondem aos indivíduos na maioria das vezes, pois nem sempre há uma ligação entre o sujeito e o papel a ser desempenhado na família. Diante o modelo sócio-histórico as funções da família ficam estagnadas a reprodução sexual e a socialização, permitindo a reprodução, acrescentados a funções econômicas.

As funções familiares são pautadas em mecanismos biológicos, psicológicas e sociais, tais desempenhos estão vinculados as estruturas familiares ao processo civilizatório, responsáveis pela organização dos indivíduos como agente processador das mudanças humanas, tanto no âmbito individual como no coletivo, proposto por Osório (1996). O desempenho biológico da família é dirigido não apenas para a reprodução, e sim a sobrevivência dos sujeitos por meio dos cuidados ministrados ao longo da vida, porém não é descartada a idéia de que a família tenha uma função reprodutiva. A função biológica da família se resigna a assegurar a sobrevivência dos novos seres, de cuidados requeridos como características da espécie humana. As funções psicossociais são norteadas a questões de alimento afetivo, ou seja, a importância do afeto provida pelos pais ou sob rogados a esse cuidado. Sem esses cuidados o ser humano não desabrocha, não desenvolve seus aspectos que interligam o afeto, o emocional, como contextualiza Osório (2002).

A função social da família frente ao processo civilizatório resigna a transmissão das pautas culturais dos agrupamentos étnicos, entre outras funções como a preparação para o exercício da cidadania, lembrando que a família constitui a principal agência formadora do indivíduo, de acordo com Osório (1996) compõe o primeiro dos muitos grupos que esses sujeitos irão participar ao longo da vida. Dessa forma a família será o primeiro grupo que terá contato ao nascer e que servirá de base para tornar-se homem ou mulher contribuindo para a produção de sua subjetividade enfocando na construção de sua identidade. É esse grupo que fornecerá a esses indivíduos os suprimentos necessários em aspectos de sobrevivência biológica, psico-

lógica e social, tornando-o habilitado para a própria constituição familiar, como pontua Osório (1996).

No interior dos contextos supracitados pelo Osório (1996), os indivíduos que compõem uma família fazem parte de um ciclo vital evolutivo. A família nasce, cresce, amadurece habitualmente se reproduzem em novas famílias, encerram o seu ciclo vital com a morte dos membros que a originaram e a separação das pessoas para a constituição de novos núcleos familiares. O ciclo vital da família é algo dinâmico não podendo ser retido a tamanha descrição. Os divórcios que se fazem presentes hoje na sociedade em grandes números, não deixam de compor uma nova estrutura familiar, bem como as alterações significativas que favorecem ao ciclo vital da família obrigando a pensá-los em novos contextos. A versão que o autor faz do ciclo da família com o divórcio e com as famílias reconstruídas não é a extinção do ciclo vital, porém trata-se de uma abertura para o surgimento de um novo ciclo.

Pode-se afirmar então que a família é um grupo predestinado a desenvolver funções que envolvam os indivíduos, num modelo biopsicossocial, permitindo o crescimento e a facilitação do processo de individualização, afirma Osório (1996). As exigências da sociedade contemporânea e as condições mínimas baseadas nas relações de posse e poder, norteadas por aspectos culturais ao longo do século, diferenciam-se de acordo com cada cultura. Visto que essas relações de dominação e posse sempre existiram, na qual o papel do homem aparece como o provedor, e o da mulher como reprodutora e cuidadora da casa e dos filhos.

Contudo, essa relação de dominação vem tomando novos rumos acerca dos diferentes arranjos familiares de um mesmo contexto. Essas mudanças podem ser observadas na transformação do modelo nuclear (pai+mãe+filho) para a família descasada (mãe+filho ou pai+filho) em seguida re-casada (pai+esposa/madrasta+filho; mãe+esposo/padrasto+filhos) essa passagem de um modelo a outro de família determina aos indivíduos que pertencem a novos ajustamentos às alterações de relacionamento, papéis e estrutura familiar e esse processo de mudança é caracterizado na maioria das vezes como um momento de crise.

De acordo com Osório (2002) a família organiza sua história num longo processo de

construção de significados para as experiências vividas dentro das demarcações da sua cultura. A família parece estar mais viva do que nunca, sua vitalidade é derivada dessa contemporaneidade em buscar saída para os maus estares vigentes da aldeia global que habitamos, por isso perde sua estrutura multifuncional, sendo unidade de produção e consumo, depositário do mecanismo de transmissão cultural de valores e normas, de integração social de seus membros. O que se percebe perante a sociedade moderna é que a família tende a reduzir a família nuclear, limitando o número de papéis desempenhados, dessa forma considera-se importante a ação que a família desempenha na sociedade contemporânea. Porém, essa família que vem se transformando de acordo com a evolução histórica, vem ganhando nova forma, novos membros, assumindo novos papéis na família e na sociedade, como propõe Osório (2002).

A questão da sexualidade vem adotando um novo rumo, a mulher que antes tinha a função de cuidadora, passa agora ser provedora e através deste origina-se à crise familiar, ou seja, a mudança, pois a nuclearização não é unívoca de perda de centralidade da família. De acordo com Osório (1996), há uma expectativa em relação a essa família tendo como símbolo a família nuclear, pois é essa que irá produzir cuidados, proteção, aprendizados capazes de promover melhor qualidade de vida a seus membros. A família vive num contexto, que pode ser fortalecedora ou esfaceladora de suas possibilidades e potenciais.

Devemos estar atentos que a família circula, num modo particular, criando uma cultura familiar própria, para comunicar-se e interpretar comunicações, com suas regras, ritos e jogos. Essa crise na família contemporânea é decorrente das transformações familiares dos surgimentos de novas famílias com outros acervos de constituição na qual ao se falar em crise se atenta a questões ostentada de papéis familiares. Essas mudanças na família advêm de movimentos feministas, o reconhecimento dos direitos da criança, do adolescente e a desvinculação do ato sexual da função de procriar, alterando os paradigmas da sociedade. Com a crise dá-se o nascimento à revolução sexual, antes vinculada à reprodução, e hoje com as intervenções governamentais faz-se uso de anticoncepcionais como forma de controle social.

A independência da mulher assume a

frente em diversas situações, que de acordo com o autor traz como exemplo: em casa, no trabalho, destacando-se numa atitude igualitária ao homem. O poder nesse feito passa a ser exercido com mais igualdade nas relações familiares, destaca Osório (2002). É notório nos dias de hoje a participação mais efetiva das mulheres no mercado de trabalho. Antes toda atividade feminina consistia no cuidado com o lar, afazeres domésticos e educação dos filhos enquanto o prover financeiro era responsabilidade do homem, em seu papel paterno.

O número de mulheres que trabalham fora de casa e que respondem pela manutenção dos lares tem se tornado cada vez mais expressivo, garantindo na maioria das vezes a subsistência das famílias integralmente. De acordo com Fleck e Wagner (2003), atualmente as mulheres são as responsáveis pela manutenção econômica do lar. As transformações do mercado de trabalho, o modelo clássico familiar da classe média brasileira, que consistia na divisão clara dos papéis já não vigora nos dias de hoje como antes.

Essas mães, quando nas muitas vezes também avós que assumiram o papel materno, se tornam as responsáveis e não tendo renda suficiente se desdobram em busca da manutenção da casa. Como vemos em Fleck e Wagner (2003), o trabalho feminino passa então a garantir inúmeras vezes a subsistência das famílias. Essa situação tem amplitude e atinge basicamente as famílias das camadas menos favorecidas, entretanto esses dados são alertadores da importância das transformações sociais contemporâneas, juntamente com os novos arranjos familiares, alterando a estrutura e os padrões de funcionamento familiar derivado dessa inserção das mulheres no contexto atual do mercado de trabalho.

Uma das dificuldades para essa classe seria possivelmente, a conciliação do trabalho e da criação dos filhos, como apresentam Fleck e Wagner (2003), muitas pesquisas têm revelado como esse papel assumido pelas mulheres repercutem na dinâmica familiar, vida conjugal e educação dos filhos. Os estudos também informam a respeito dos papéis e funções delegados a homens e mulheres que possuem uma carreira profissional, que se dedicam a profissão e precisam continuar educando e criando seus filhos. Esses novos papéis desempenhados pela mulher na família têm resultado em mudanças

na estrutura familiar (FLECK; WAGNER, 2003).

De acordo com essas autoras, fica evidente que os novos arranjos familiares exigem uma nova organização na questão dos papéis e divisão de tarefas, a organização das finanças e é na convivência familiar que se cria o espaço para discutir e redimensionar esses padrões. Portanto, de acordo com Fleck e Wagner (2003) parece fundamental essa reavaliação desses conceitos, fazendo uma ampliação no canal de comunicação das famílias, principalmente no que diz respeito às mudanças nas atribuições delegadas socialmente como papéis para homens e mulheres.

A forma de organização da família é um elemento relevante no modo como ela conduz o processo de socialização dos imaturos, transmitindo-lhes valores, normas e modelos de conduta e orientando-os no sentido de tornarem-se sujeitos de direitos e deveres no universo doméstico e no domínio público. (ROMANELLI, 2000, p. 73)

Diante desse enfoque, renasce uma família do futuro, na qual a sociedade evolui para o surgimento de novas idéias, novas vivências, favorável a diferentes estruturas familiares e aos novos arranjos que ocorrem na família contemporânea. De acordo com o pensamento de Osório (2009) os meios de comunicação em geral, juntamente com o governo e outros órgãos não governamentais como igreja entre outros, estão voltados a um processo de prevenção para a família nessa última década, em mudanças, recuados atentamente a estudos sobre esse perfil familiar, os desejos e as necessidades dessas famílias. Estão preocupados em saber quem são esses homens e essas mulheres e seus comportamentos em diversas etapas da vida, sendo preciso lembrar que para se obter uma compreensão precisa é válido considerar as etapas do ciclo de vida que está passando cada família.

Hoje em dia para cada classe social se tem uma demanda, exemplo disso são as famílias de classe média que estão priorizando cada vez mais a educação dos filhos, o plano de saúde, obtendo-se cada vez mais as reduções do número de filhos, além de mudanças que atingem o gênero feminino. É de grande importância estar atentos enquanto profissionais da área das ciências sociais, sobre essa geração contemporânea, os filhos de hoje tendem a ficarem mais tempo na casa de seus pais, mesmo tendo eles

condições de uma vida independente ou ao saírem da casa dos pais por motivo de casamento ou em função de trabalho, retornam. Muitas vezes os que separam retornam, com seus filhos, aumentando o número de pessoas na casa e ampliando a família, como propõe Osório (2009).

Desse modo, percebemos o movimento familiar em suas complexidades e heterogeneidade, podendo assim refletir em torno dessa família e não apenas de uma família estática e fechada. Entretanto, as conversações em família proporcionaram inventar a vida privada acarretada de sentimentos individualizados, caracterizados pela transmissão de tradições e valores. Diante os fatos, cada família organiza sua história para construir significados e experiências dentro dos limites da sua cultura, como contextualiza Szymanski (2005).

Ainda referindo-se ao mesmo autor as tendências globais refletem significativas mudanças no contexto familiar, a exemplo disso, percebemos que as famílias tendem a serem menores, vistos que as famílias sempre foram mais numerosas, a disponibilizar menos mobilidade para as crianças, as famílias ficam menos tempo juntas, ou seja, houve um aumento nos membros das famílias que passaram a trabalhar. Perante os fatos as crianças passam mais tempo em creches, nas escolas, diminuindo o contato entre adultos e crianças e assim ocorre maior interação com grupos de amigos do que com a própria família. A família tende a ser menos estável socialmente, esse evento é percebido através do declínio das uniões formais, junto com os divórcios como também o aumento de novas uniões.

E consonância com o autor supracitado, a diversidade faz com que haja mudança no foco da estrutura familiar nuclear como modelo de organização familiar, passando a ser considerada como novas demandas em relação à convivência entre as pessoas na família e sua relação com a comunidade e com a sociedade. Diante de todas essas proposições teóricas sobre família, ela se destaca como rede de apoio e solidariedade perante a sociedade moderna.

Redes de Apoio e a Família

De acordo com Romanelli (2001) o grupo familiar é o primeiro grupo que o indivíduo tem ao iniciar a vida, ensinando questões de papéis, do tornar-se pessoa para o mundo, tendo por

base para sua formação e socialização realizadas através de valores culturais, concepção de mundo, maneira de se portar diante das dificuldades entre outras constituições que depositara a família como referência para os indivíduos em suas formações tanto pessoais como sociais. Os valores absorvidos pelos sujeitos são tomados como culturais, favorecendo a formação de sua identidade grupal que podem vir a ser de poder e saber, na qual a convivência com todos servirá para a construção da subjetividade desses sujeitos.

O mundo familiar apresenta-se numa diversidade de formas e organizações, destacados a crenças, valores e práticas que em consonância com o autor supracitado é ampliada a vivência moderna. Contudo, a família aborda uma perspectiva de várias configurações tanto no espaço cultural como nos grupos sociais, tornando-se um espaço privilegiado onde aprendemos a ser e a conviver.

Szymanski (2005) considera a família enquanto mediadora das relações entre sujeitos e agrupamento, num plano de vida fundamentado na solidariedade, gerado por formatos comunitários, na qual se pode dizer que essa família é uma espécie de associação de pessoas que se ajuntam por características incomuns ou não, e que escolhem conviver por razões efetivas assumindo compromissos de cuidados mútuos. Seguindo o pensamento do autor acima, articula-se que com as novas configurações familiares, se faz necessário mudar o foco da estrutura vigente de família nuclear, para que dessa forma sejam pensadas novas questões referentes à convivência de pessoas dentro de uma família, sua relação com a comunidade e com a sociedade.

Contudo, ao tentar compreender essa família é necessário entender as redes sociais, como forma de associação dessas pessoas que se identificam e compartilham de problemas semelhantes, como contextualiza Szymanski (2005). Os modelos da rede social são embasados em contextos culturais e subculturais, na qual estamos imersos aos contextos históricos, políticos, econômicos, religiosos, de meio ambiente, de essência e de serviços públicos. Dessa forma, a rede social pessoal é explicada através das relações individuais. Essa rede contribui para seu próprio reconhecimento como indivíduo na construção de sua autoimagem, identidade, bem estar, competência e promoção que favoreçam os hábitos de cuidados de saúde,

visando a capacidade de ajustamento de uma crise. (SLUZKI, 1997).

De acordo com Sluzki (1997) são características estruturais das redes as funções de vínculos e dos atributos de cada vínculo, ou seja, o tamanho-número de pessoas que compõem a rede; densidade - conexão entre pessoas (que se conhece, se encontra e troca informações) composição – se a rede é composta por familiares, amigos, conhecidos ou se é mais heterogênea, dispersão – refere-se à distância geográfica, a facilidade, homogeneidade/heterogeneidade – todo tipo de funções a respeito das diferenças sócio culturais, de idade, de sexo, de cultura e de nível socioeconômico dos membros. As funções da rede são bem claras, visando os aspectos predominantes de intercâmbio interpessoal sendo: a companhia social - estar junto, conversar, apoio emocional - compreensão, apoio, guia cognitiva e conselho – expectativas, modelos e papéis, regulação social – reafirmação de responsabilidade e papéis, ajuda material e de serviços e acesso a novos contatos. Pode-se considerar que existem diversos aspectos do relacionamento da rede entrelaçando, com suas características, produzindo maior ou menor possibilidade de apoio.

Já para Feijó (2006), as funções das redes são mencionadas por meio das relações dos indivíduos para com elas. Algumas redes são voltadas aos cuidados pessoais, incentivando que essas pessoas se cuidem ao ponto de ir procurar um médico. Outras redes incentivam o crescimento profissional, de forma geral. Dessa forma, as redes acabam por exercer várias funções.

As temáticas das redes sociais correlacionam a várias ideias, juntamente a diversas práticas, considerada por abordagem socioeducativa enquanto família, definindo a função de rede social como desenvolvimento e transformação de cada um dos seus membros. As consequências do fortalecimento comuns das redes caracterizam o desenvolvimento da capacidade autoreflexiva, implicada em modificações em seu meio social. Dessa maneira, o processo tende a aperfeiçoar as relações sociais viabilizando a construção coletiva na ação de cada indivíduo de acordo com o seu contexto social, propõe Feijó (2006).

Sluzki (1997) articula que a rede social pessoal ou a rede de pessoas, acaba sendo caracterizada como um conjunto de seres com

quem interagimos de maneira regular, com quem se conversa, com quem altera sinais que verbalizam e que nos tornam autênticos. Relata que as relações dos sujeitos pensadas como relevantes contribuem para o seu reconhecimento pessoal, visto que as relações eram determinadas por seus familiares, sendo que hoje se reconsidera toda e qualquer medida em que outras pessoas podem ser muito significativas e proeminentes ao fato de serem parentes.

De acordo com Giddens (1991), os resultados das redes macros sociais da sociedade moderna juntamente com as perdas de significados dos contextos a esses indivíduos estaria produzindo sensações de desamparo da rede. Isso seria explicado por meio do esgotamento das relações afetivas entre os indivíduos, contraposta ao plano político, do enfraquecimento da cidadania.

Perante a atualidade, percebe-se que há uma aproximação dos efeitos prejudiciais para a saúde da população devido o enfraquecimento das redes, diante as estruturas sociais de países subdesenvolvidos, exemplo disso é o desemprego entre outros fatores, que expõem cada vez mais informações de pessoas em situações de risco. Diante de tal concepção, evidencia-se a compreensão de saúde direcionada como resultados de entrecruzamento de fatores sociais e emocionais, devido à problemática econômica, que reflete por vezes as ações de promoção a saúde cada vez mais incipientes diante as complexidades de muitos fatores, como articula Giddens (1991). Diante a essas articulações as redes sociais contribuem oferecendo sentido a vida de seus integrantes potencializando e organizando as identidades por meio das ações dos outros, e tendo como consequência as experiências através de cuidados do viver.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no que foi apresentado no artigo sobre o tema da nova configuração familiar e suas várias estruturas, destacamos que não existe família certa ou errada, o que existe são famílias, diferentes em seus papéis e contextos econômicos histórico-sociais. O profissional inserido nas políticas públicas precisa trabalhar com esses novos arranjos familiares, de acordo com o contexto de cada indivíduo e o meio que está inserido.

Antes de compreender a família contem-

porânea, deve-se levar em consideração o modelo nuclear como hegemônico, que tem papéis claramente definidos e estabelecidos em uma estrutura familiar, modelo este que deu origem aos outros vigentes.

Dessa forma, é necessário re-valorizar a família diante do novo ciclo e como propõe Silva et. al (2004), faz-se necessário a criação de órgãos que encarem a família como o todo fundamental, na qual os indivíduos se formam e produzem a sua condição de existência. É importante olhá-la no seu momento, enquanto instituição, que permite a vinculação dos indivíduos, a criação dos padrões sociais e culturais e o desenvolvimento da autogestão dos seus componentes. Esses fatores decorrem de um processo evolutivo da história, na qual os profissionais de Psicologia introduziram um novo olhar para comunidade e o social, originando uma Psicologia Social Comunitária.

Ao atentarmos para a atual questão da configuração familiar constatamos estar diante de novos moldes, para uma família antes nuclear que hoje se sustenta de muitas outras versões, com novos arranjos de papéis familiares e em outros contextos socioeconômicos, que se apresenta necessitando de políticas e programas em consonância com as mudanças no olhar para essa família, que deve ser re-pensada enquanto convivência, relação intra-familiar e na comunidade, como propôs Szymansky (2005).

Osório (2002) destaca a importância de se entender o ciclo vital da família, pois o esse ciclo se faz dinâmico, levando a pensar sobre novas estruturas familiares e dessa maneira obter-se uma reflexão sobre as famílias reconstruídas, pois elas não estão fora do ciclo, ao contrário, é um novo ciclo que se inicia com novos membros.

Mediante essas contextualizações faz-se importante analisar como os profissionais das políticas públicas trabalham com essas famílias, direcionando a atenção para o trabalho do psicólogo, com essa nova estrutura familiar, reestabelecendo a importância e poder para essa estrutura, sob a orientação e acompanhamento dos programas e órgãos sociais competentes para fornecer apoio a essa família. Diante de tais acontecimentos, essa família tornou-se organizadora de sua própria história na construção e definição de papéis vividos dentro de uma diversidade cultural.

Portanto, destacamos neste estudo a im-

portância de compreender essa família na contemporaneidade, pois ela se encontra em movimento, aleatório de um único conceito muito menos de definição, que ao olhar das políticas públicas precisa ser repensada como algo que vá ampliar a qualidade de vida dos indivíduos, propiciando o desenvolvimento individual e grupal das famílias e como dever principal do Estado e das políticas públicas, garantir os direitos dos cidadãos, aos quais são negados e omitidos. O profissional pautado nas políticas públicas se propõe a acrescentar na vida desses sujeitos o protagonismo, permitindo que esses tenham autonomia de sua própria história, como sujeitos de direitos e deveres.

REFERÊNCIAS

- BOMFIM, E. M. **Psicologia Comunitária no Brasil Reflexões históricas, teóricas e práticas**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1987.
- BRASIL. Lei no 8.742, de 7 de Dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8742.htm>. Acesso em: 29 jul. 2010.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**: versão preliminar. Brasília: MDS/SNAS, 2004.
- _____. **Orientações técnicas para o Centro de Referência de Assistência Social**: versão preliminar. Brasília: MDS/SNAS, 2005.
- BUSS, P. M. Promoção da saúde e qualidade de vida. **Ciência saúde coletiva**, v. 05, n. 01, p. 163-177, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.org/scielo.php?pid=S1413-81232000000100014&script=sci_arttext>. Acesso em: 17 mar. 2009.
- CARNEIRO, A. M. F. A centralidade da família no Programa Bolsa Família. In: **Seminário Nacional sobre Programas de transferência de renda**. 2004. Disponível em: <http://www.pgpp.ufma.br/eventos/documentos_download.php?id=34>. Acesso em: 28 maio 2010.
- CARVALHO, M. C. B de. (Org.). **A Família contemporânea em debate**. São Paulo: Cortez, 2000.
- FEIJÓ, M. R. Família e rede social. In: CERVENY, C. M. O. (Org.). **Família e**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.
- FLECK, A. C.; WAGNER, A. A mulher como a principal provedora do sustento econômico familiar. **Psicologia em Estudo**, v. 8, n. esp. p. 31-38, 2003.
- FREITAS, H. C. **Psicologia social comunitária: da solidariedade á autonomia**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- GIDDE N. S. A. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.
- GOÍS, C. W. L. **Noções de psicologia comunitária**. Fortaleza: UFC, 1993.
- LUCENA FILHO, E. L. **Reflexões sobre o psicólogo no CRAS: a possibilidade do Si perceber**. 2008. Disponível em: <<http://www.redepsi.com.br/portal/modules/smartsection/item.php?itemid=1195>>. Acesso em: 23 abr. 2010.
- MARTINEZ, A. M. Psicologia e compromisso social: desafios para a formação do psicólogo. In: BOCK, A. M. B.(org). **Psicologia e compromisso social**. São Paulo: Cortez, 2003.
- MENEGON, V.; COELHO, A. **A Inserção da psicologia no sistema de saúde pública: uma prática possível**. 2005. Disponível em: <<http://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/viewFile/824/608>>. Acesso em: 23 abr. 2010.
- MORÉ, C. L. O. O. **A Psicologia na comunidade: uma proposta de intervenção**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.
- OSÓRIO, L. C. **Casais e famílias: uma visão contemporânea**. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- OSÓRIO, L. C. **Família hoje: O que é a família, afinal?** Porto Alegre: Arte Médicas, 1996.
- OSÓRIO, L. C. **Manual de terapia família**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

ROMANELLI, G. Autoridade e poder na família. In: CARVALHO, M. C. B de. (Org.). **A família contemporânea em debate**. São Paulo: Cortez, 2000.

ROMANELLI, G. Família, saúde, educação: articulação entre o público e o privado. **Interface**, n. 8, p. 7-10, 2001. Disponível em: <www.interface.org.br/revista8/apresentacao1.pdf>. Acesso em: 28 maio 2010.

SARRIERA, J. C. **Psicologia comunitária: estudos atuais**. Porto Alegre: Sulina, 2000.

SAWAIA, B. (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 2002.

SILVA, A. P. et al. Trabalho socioeducativo com famílias em situação de vulnerabilidade: uma perspectiva interdisciplinar. **Integração**, n. 38, p. 285-289, 2004. Disponível em: <http://www.usjt.br/proex/produtos_academicos/285_38.pdf>. Acesso em: 28 maio 2010.

SLUZKI, C. **A rede social na prática sistêmica**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

SUTHERLAND, R. W.; FULTON, M. J. Health promotion. In: SUTHERLAND; FULTON. **Health Care in Canada**. Ottawa: CPHA, 1992. p. 161-181.

SZYMANSKI, H. Teorias e “teorias” de famílias. In: CARVALHO, M. C. B (Org.). **A família contemporânea em debate**. 6. ed. São Paulo: EDUC/Cortez, 2005.

VASCONCELOS, E. M. **Desinstitucionalização e interdisciplinaridade em saúde mental**. São Paulo: Cortez, 1985.

VIZZOTTO, M. M. O Método clínico e as intervenções na saúde psicológica da comunidade. In: YAMAMOTTO, V. (Org.). **Psicologia da saúde: tema de reflexão e prática**. São Bernardo do Campo: UNESP, 2003. p. 137-152.

XIMENES, V. M.; PAULA, L. R. C.; BARROS, J. P. P. Psicologia comunitária e política de assistência social: diálogos sobre atuações em comunidades. **Revista Psicologia Ciência e**

Profissão, v. 29, n. 4, 2009.

YAMAMOTO, O. H. Políticas sociais, “terceiro setor” e “compromisso social”: perspectivas e limites do trabalho do psicólogo. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, n. 1, p. 30-37, 2007.

LA NUEVA CONFIGURACIÓN FAMILIAR: LA FAMILIA CONTEMPORÁNEA USUARIA DE LAS POLÍTICAS PÚBLICAS

RESUMEN: En este artículo se incluye un análisis de configuración de la familia, a partir de la situación de vulnerabilidad social, en acuerdo con los moldes de la intervención en red, para promover la inclusión de esas familias a partir del Centro de Referencia de Asistencia Social – CRAS. La investigación se da a través de pesquisa bibliográfica, utilizándose de la Psicología Social Comunitaria como base de orientación para esa reflexión. Problematicamos en el transcurrir del texto, las dificultades en definir praxis psicológica en el área de la Asistencia Social, teniendo el profesional la necesidad de buscar una actuación más comprometida con la actual demanda, centralizada en la nueva configuración familiar debido la crisis sociocultural familiar. Presentamos en este artículo la Psicología actuante en las Políticas Públicas al encuentro con la familia vulnerable socioeconómicamente, donde ha sido usuaria de los derechos asistenciales. Con esa investigación, consideramos que la práctica profesional necesita adecuarse a nuevos familiares existentes en el atendimento socio-asistenciales, visto que las familias están compuestas cada vez más por mujeres proveedoras de lar y del sustento familiar.

PALABRASCLAVE: Familia;AsistenciaSocial;Psicología Social Comunitaria; Redes Sociales.